

PODER

Reforma ministerial pode sair neste mês

Rui Costa diz que presidente tende a fazer troca de cadeiras até o próximo dia 21

» RAFAELA GONÇALVES
» MAYARA SOUTO

Ed Alves/CB/DA.Press



Teremos reunião de ministério dia 21 e eventualmente alterações, se o presidente assim decidir, podem ser feitas antes dessa reunião

Rui Costa, ministro da Casa Civil

primeira alteração na pasta. Foi anunciada, ontem, a demissão do secretário de Imprensa José Chrispiniano. Homem de confiança de Lula, Chrispiniano o assessorava desde 2011, ao final de seu segundo mandato. Ele acompanhou o petista durante toda a Operação Lava-Jato, sua prisão em Curitiba e também durante a campanha de 2022. Laércio Portela, então secretário de Comunicação Institucional, é

quem deve assumir o cargo.

Antes das declarações de Rui Costa, a expectativa era de que as mudanças fossem para depois das eleições às presidências da Câmara e do Senado, marcadas para o começo de fevereiro. O titular da Casa Civil afirmou ainda que Lula orientou os ministros a não interferirem no pleito.

Defesa na mira

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, foi menos direto e procurou não se comprometer com declarações sobre uma eventual troca de cadeiras. Ele negou que o governo fará uma reforma, mas, sim, “mudanças pontuais”. “Não acredito que o presidente Lula vá fazer uma reforma ministerial. Ele fará mudanças pontuais, como fez na área da comunicação do governo”, disse, durante entrevista à Rádio Eldorado.

Outro nome cotado para deixar a equipe ministerial, por vontade própria, é de José

Múcio, ministro da Defesa. Desde o fim do ano passado, ele já dizia que acreditava ter cumprido a missão de apaziguar as Forças Armadas e estabelecer relação mais amena com o governo federal. No início do governo, Múcio até avisou ao presidente que não pretendia ficar toda a gestão no comando da pasta.

O ministro compareceu ao ato para lembrar os dois anos do 8 de Janeiro, com os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Não se sabe, porém, até quando ele continuará ocupando o posto, apesar de ser amplamente elogiado pelo governo. “Quero destacar o bom trabalho do ministro da Defesa. É um trabalho importante, que deveria continuar. Vamos aguardar. Acho que José Múcio faz um bom trabalho e deve continuar”, defendeu Alckmin.

O vice-presidente está cotado para assumir a pasta, caso se confirme a saída de Múcio. “Missão é missão. Mas o meu candidato a ministro (da Defesa) chama-se José Múcio”, declarou Alckmin.

Em defesa de limitação às emendas

» ISRAEL MEDEIROS

Diante da incerteza jurídica e política sobre o pagamento de emendas parlamentares, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu que esse dinheiro tenha maiores limitações e mais mecanismos de transparência.

“Há duas questões relevantes: primeiro, o valor das emendas. Valores muito altos acabam criando uma distorção. E a segunda é que emenda você precisa saber quem é o autor, qual é o destino dela, e ela ser acompanhada, precisa ter prestação de contas. Precisa ter transparência absoluta”, enfatizou em entrevista à Rádio Eldorado.

O vice-presidente disse entender, no entanto, que as emendas são legítimas e devem estar presentes no Brasil assim como em outras democracias pelo mundo. Também rebateu as falas de congressistas que alegaram, desde o ano passado, que as exigências do Supremo Tribunal Federal (STF) para mais transparência eram uma “intromissão” do Judiciário e do Executivo no Legislativo.

Ao comentar a queda de braço entre Executivo, Congresso e Judiciário sobre o assunto, Alckmin elogiou a atuação do ministro Flávio Dino, do STF, ao exigir mais transparência nos recursos.

“O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, está absolutamente correto quando ele diz: ‘Olha, é preciso ter transparência e acompanhamento dessas emendas. (É uma medida

de) segurança do próprio parlamentar’. Emenda precisa ter autoria, acompanhamento e transparência. Ela é normal no regime democrático e deve ser impositiva, mas com valores mais limitados”, pontuou.

Alckmin disse, ainda, que o grande número de partidos no Congresso dificulta a governabilidade. Ele avaliou, no entanto, que isso não tem impedido o governo de aprovar matérias importantes.

Repasses

As falas do vice-presidente ocorrem um dia depois de o governo abrir os cofres para começar a pagar emendas em 2025. Desde 1º de janeiro, nenhum valor havia sido repassado. O Executivo pagou, de terça para quarta-feira, R\$ 205,8 milhões em emendas apresentadas de 2016 a 2024. Os valores foram atualizados ontem na plataforma Siga Brasil, do Senado Federal.

Do total, foram R\$ 142,19 milhões em emendas de comissão (RP8); R\$ 29,4 milhões de bancadas estaduais; R\$ 24,78 milhões em emendas individuais e R\$ 9,44 milhões remanescentes das emendas de relator (RP9), declaradas inconstitucionais pelo STF em fevereiro, a exemplo de anos anteriores, os repasses bilionários devem ser retomados. Há, ainda, a expectativa para a liberação de emendas de comissão indicadas pelo Senado e pela Câmara no

Cadu Gomes/UPR



Alckmin: emendas precisam “ter transparência absoluta”

2024. Mesmo com o bloqueio dos pagamentos ordenado pelo STF, em agosto do ano passado e que vigorou até dezembro, o valor é 16,2% superior ao total pago em 2023, que foi de R\$ 34,62 bilhões; e 42,4% maior que o montante repassado em 2022 (R\$ 28,25 bilhões).

A tendência é de que os pagamentos sigam um ritmo lento ao longo deste mês, já que o Congresso está em recesso. Em fevereiro, a exemplo de anos anteriores, os repasses bilionários devem ser retomados. Há, ainda, a expectativa para a liberação de emendas de comissão indicadas pelo Senado e pela Câmara no

fim de 2024 e que foram parcialmente bloqueadas por Dino por falta de transparência.

As emendas serão essenciais para o Executivo conseguir aprovar matérias relevantes para o governo Lula, como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil e as mudanças nas regras da aposentadoria de militares, parte do pacote de corte de gastos apresentado no ano passado. Com novos presidentes na Câmara e no Senado a partir de fevereiro, o governo terá de abrir os cofres para “azeitar” as relações e distribuir cargos na Esplanada na aguardada reforma ministerial.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O ano começa veloz com a posse de Trump

É prudente analisar a gravidade do novo contexto histórico mundial, não apenas a partir a Europa Oriental e do Oriente Médio, respectivamente, onde as guerras na Ucrânia, invadida pela Rússia, e em Gaza, onde Israel mantém os bombardeios indiscriminados, ou do avanço da extrema direita nas potências europeias. A situação se complicou ainda mais com a eleição de Donald Trump, que tomará posse no próximo dia 20 de janeiro e deve acelerar as mudanças políticas em curso no mundo. Nada será como antes.

As declarações do novo presidente norte-americano, antes mesmo de tomar posse, anunciam uma grande distopia: tomar de volta o Canal do Panamá, anexar o Canadá, comprar a Groenlândia, sobretaxar os produtos mexicanos, mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América, expulsar os imigrantes latinos, anistiar os invasores do Capitólio que, sob sua liderança, tentaram impedir a diplomacia de Joe Biden...

Até que ponto são declarações para “causar” nas redes sociais e não objetivos políticos reais? As ambições territoriais de Vladimir Putin e Benjamin Netanyahu são fchinha perto das de Donald Trump. Chega a ser assustador. Lembro-me do curta-metragem *Uma Noite no Madison Square Garden*, de 2019, documentário de sete minutos composto unicamente de imagens históricas de um comício nazista em 20 de fevereiro de 1939, menos de sete meses antes da eclosão da 2ª Guerra Mundial.

O filme mostra que o nazismo não existiu só na Alemanha nos anos 30 e 40. Seduziu e ainda dá sinais frequentes de capacidade de sedução de indivíduos perigosos, reacionários e violentos. Organizado por Fritz Julius Kuhn, líder do German American Bund, o Partido Nazista Americano, o ato reuniu 20 mil supremacistas na famosa arena de Nova York.

Kuhn destilava ódio contra judeus. Todos os liberais eram comunistas. O filme, no atual contexto mundial, deixa a impressão de que os norte-americanos eram muito suscetíveis ao nazismo. Na verdade, houve muitos protestos contra o comício, antes e depois de sua realização, com várias tentativas de evitar que ocorresse. Mas as liberdades de expressão e de reunião estavam acima de tudo.

Uma Noite no Madison Square Garden mostra a reverberação de ideais segregacionistas e desumanos que levaram, entre outras coisas, ao Holocausto. O Bund (federação) Germano-Americano nunca passou de 25 mil filiados, mas a adesão da Frente Cristã, liderada pelo padre antisemita Charles Coughlin, deu escala ao evento.

Dezenas de pessoas portando bandeiras dos Estados Unidos marcharam solenemente até o fundo da sala, com uniformes parecidos com os do Exército norte-americano, diante de uma gigantesca imagem de George Washington. O orador principal, Fritz Kuhn, era um alemão naturalizado americano, mas disse que estava ali para exigir que o governo voltasse para as mãos dos americanos, seus fundadores. Falava com forte sotaque alemão e gestual inspirado em Adolf Hitler. Kuhn criticava a “imprensa controlada pelos judeus”.

Cadela no cio

O filme termina com uma soprano entoando *Star-Spangled Banner*, o hino americano. No dia seguinte ao ato, o *New York Times* noticiou que o Bund havia coletado quase US\$ 8,5 mil em doações, o equivalente a US\$ 150 mil nos dias de hoje. Naquele mesmo ano, Kuhn seria preso por se apropriar de US\$ 250 mil de seus seguidores. A repórter Dorothy Thompson, que fora correspondente do *New York Post* em Berlim e cobriu a ascensão do fascismo antes de ser expulsa da Alemanha, em 1934, testemunhou o evento e escreveu um artigo para a *Harper's Magazine* intitulado *Who goes nazi?* (Quem vai virar nazista?).

Especulava sobre pessoas comuns que poderiam aderir ao nazismo: “O nazismo não tem nada a ver com raça ou nacionalidade. Ele atrai um determinado tipo de mentalidade. (...) O intelectual frustrado e humilhado; o especulador rico e astuto; o filho mimado; o tirano dos empregados; o homem que alcançou o sucesso com oportunismo — todos eles abraçariam o nazismo”, escreveu. Felizmente, a derrota de Hitler na 2ª Guerra Mundial liquidou o nazismo como alternativa de poder, mas não o pensamento reacionário que levou ao poder.

Hoje, a democracia representativa está vulnerável no mundo. Vivemos uma onda autocrática e iliberal. Na Presidência dos EUA, Trump potencializa essa vulnerabilidade. Aliado aos megaempresários da tecnologia Elon Musk (Tesla/X) e Mark Zuckerberg (Facebook/Instagram), seu novo mandato ganha uma projeção de poder na política mundial que ultrapassa a influência americanista de Hollywood e o peso estratégico das Forças Armadas norte-americanas, porque alcança corações e mentes dos usuários dessas redes sociais de forma instantânea e manipulada em todo lugar onde atuam.

O afrouxamento do controle sobre difusão do discurso do ódio e de fake news pelas redes sociais por parte do governo norte-americano, a pretexto de defender a liberdade de expressão, terá consequências graves. As democracias não conseguem acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas e seu impacto na vida e na mentalidade das pessoas. Além disso, “o fascismo é uma cadela que está sempre no cio”, como disse o poeta alemão Bertold Brecht.

A DEMOCRACIA ESTÁ VULNERÁVEL NO MUNDO. VIVEMOS UMA ONDA AUTOCRÁTICA E ILIBERAL. TRUMP POTENCIALIZA ESSA VULNERABILIDADE AO ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DOS EUA